[Recensão a] LOFF, Manuel - «O nosso século é fascista.» O mundo visto por Salazar e Franco

Autor(es): Rosa, Eliana Brites

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36553>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_9_21

Accessed : 26-Apr-2023 13:15:00

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

do cinema como «cinema moderno», «novos cinemas» ou «novas vagas». Todas estas designações são usadas ainda hoje como tentativa de definição de uma tendência estética e cinematográfica que atravessou toda a Europa a partir da década de 1950.

A principal tese que Kovács apresenta nesta obra é a sua convicção de que o cinema moderno europeu, mais do que o conjunto de movimentos nacionais de renovação cinematográfica, foi uma realidade bastante heterogénea e de forte pendor transnacional com importantes referências em outras formas de expressão artística ou cultural da Europa do pós-2.^a Guerra Mundial.

Mais do que caracterizar o cinema moderno europeu – que também faz com particular cuidado documental –, *Screening Modernism* consegue mesmo um razoável equilíbrio entre a reflexão teórica e a análise empírica de um extenso e abrangente *corpus* fílmico. Quer a rigorosa análise à arqueologia e à genealogia dos conceitos apresentados, como a cuidada análise fílmica são pontos fortíssimos na defesa das conclusões apresentadas.

O *corpus* fílmico proposto, apesar de impressionante, só não é exaustivo porque faltarão alguns títulos de autores significativos da cinematografia portuguesa (Paulo Rocha, Fernando Lopes. António-Pedro Vasconcelos, João César Monteiro, Alberto Seixas Santos), holandesa (Pim de la Parra, Wim Verstappen, Louis van Gasteren, Jan Vrijman) ou dinamarquesa (Palle Kjørulff-Schmidt, Lene e Svend Grønlykke).

Em suma, *Screening Modernism* apresenta-se, simultânea e equilibradamente, como uma obra enciclopédica e teórica indispensável para o estudo do cinema moderno europeu das décadas 60 e 70 do século XX.

Paulo Ferreira Cunha
Bolseiro de Doutoramento da FCT/CEIS20

LOFF, Manuel – «O nosso século é fascista!». *O mundo visto por Salazar e Franco*. 1.^a ed. Porto: Campo das Letras, 2008. 954 p. ISBN 978-989-625-256-4.

O livro intitulado «O Nosso século é fascista!» – *o mundo visto por Salazar e Franco* é a publicação mais recente do historiador e professor universitário Manuel Loff. Esta obra foi editada, pela primeira vez, em 2008, no Porto, pela editora Campo das Letras e resulta da adaptação da tese desenvolvida no âmbito do programa de Doutoramento do Departamento de História e Civilização do Instituto Universitário Europeu, em San Domenico di Fiesole, Florença (Itália), orientada pelos professores Luisa Passerini e Hipólito de la Torre e discutida publicamente em 2004.

O autor é professor do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto, e ao longo da sua carreira académica tem desenvolvido estudos sobre várias temáticas, mais concretamente nos domínios da História Política, Ideológica e Social do Século XX. Um dos temas de investigação, que tem vindo a desenvolver desde inícios dos anos 90, é o *autoritarismo* contemporâneo, nomeadamente o português e espanhol, estudando várias questões, das quais se destacam: ideologias, sistemas políticos e políticas de construção da «identidade Nacional». Deste percurso de pesquisa resultaram já várias publicações, nomeadamente, a obra em análise.

A importância em analisar esta obra tem por base os seguintes factores: i) a data recente da edição; ii) a natureza polémica do(s) tema(s), como por exemplo: fascismo, imperialismo e genocídio; iii) a variedade de temas abordados, como por exemplo: salazarismo, franquismo, fascismo, nazismo, elites, revisionismo histórico, nacionalismo, relações internacionais, relações península-

res, genocídio, Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial; iv) e, finalmente, porque é um dos poucos estudos comparados sobre os regimes de Salazar e Franco realizado em Portugal, residindo aqui um dos méritos deste trabalho.

Este estudo, como já foi referido, foi publicado em 2008, a sua presença no universo editorial ainda é recente e, por isso, torna-se interessante reflectir sobre um trabalho académico, que aborda temáticas sensíveis, e que se encontra disponível ao público em geral, numa fase em que o livros científicos e os romances históricos sobre Salazarismo e Franquismo suscitam cada vez mais interesse junto dos leitores e ocupam lugares de destaque nas livrarias da Península Ibérica. Em Portugal, tal como em Espanha, a atenção sobre temas relacionados com a ditadura já ultrapassou o universo académico e livreiro, chegando ao cinema e à televisão, através de reportagens, documentários e séries de ficção. Os ditadores ibéricos, Salazar e Franco, deixaram de ser objecto de interesse exclusivo de grupos restritos de académicos e intelectuais, passando a ser foco de interesse da sociedade em geral, nos inícios do século XXI.

Neste sentido, ambos os regimes autoritários são temas debatidos nos meios de comunicação, nomeadamente na *internet*, em vários *sites* e *blogs*. Em Portugal, no ano de 2007, o concurso televisivo «Os grandes portugueses», que deu a vitória a Salazar, fez despontar a polémica em torno desta personagem. Logo de imediato surgiram, com algum mediatismo, movimentos cívicos, que defendiam a recuperação da memória histórica do Estado Novo. Uns, por um lado, defendiam a criação de um museu de Salazar, com o objectivo de preservar a memória do governante. Outros, por outro lado, assumiam uma posição inversa, propondo a criação de um museu

da repressão/P.I.D.E., de forma a imortalizar o lado mais negro do regime. Como é possível notar as perspectivas não são consensuais sobre o passado recente e, por isso, é um tema fracturante na sociedade portuguesa, inclusivamente no meio académico e intelectual, que tem desde o início da democracia reflectido sobre a natureza ideológica do Estado Novo, dos quais se podem destacar alguns autores: António Costa Pinto, Eduardo Geada, Eduardo Lourenço, Ernesto Castro Leal, Jaime Nogueira Pinto, João Medina, Jorge Campinos, José Gil, Manuel Braga da Cruz, Manuel Lucena e Manuel Villaverde Cabral.

É neste contexto, de crescente interesse e de polémica, que é publicado o livro de Manuel Loff, «*O nosso século é fascista!*» – *O mundo visto por Salazar e Franco*, constituído por 954 páginas e organizado em nove capítulos (1 – As ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista: Uma aproximação ao problema; 2 – Os Pressupostos Ideológicos; 3 – História e Império; 4 – A Lógica dos «Grandes Espaços Continentais»; 5 – O «Saneamento» Político da Europa; 6 – A Nova Ordem como Corolário da Evolução Recente Europeia; 7 – Do Projecto à Prática: a «Construção da Nova Ordem»; 8 – Perante a Colaboração e a Resistência; 9 – várias conclusões e um epílogo).

Este trabalho centra-se na questão da autodefinição dos regimes de Salazar e Franco, tema polémico no meio académico, político e social, que está longe de gerar consenso, foca uma das questões mais significativas, precisamente a natureza fascista desses regimes. Porém, o conteúdo do livro, não se reduz apenas à definição, uma vez que desenvolve uma análise multi-dimensional da complexidade de formas institucionais desses regimes que vingaram na Península Ibérica durante o século passado. Neste âmbito, a escolha do período cronológico, compreendido entre 1936 e 1945,

é o elemento que acaba por definir toda a investigação ao localizar-se precisamente no momento mais intenso da chamada «época do fascismo», quando as elites reservavam para si o papel de (re)definir o seu lugar na História e no modo como usaram o Estado para fabricar essa percepção.

As elites políticas que eram também as elites intelectuais e académicas, definiram os regimes em que estavam inseridas, analisaram o seu presente e escreveram a sua visão sobre a História, com base na circulação de ideias que chegavam de outros regimes, como o de Mussolini e o de Hitler. Este estudo salienta o papel das elites, que ocuparam posições políticas de relevo dentro dos regimes e que, por isso, foram agentes activos na sua construção e reorganização.

Esta investigação coloca as elites como construtoras ideológicas dos regimes ditatoriais ibéricos e demonstra como estas definiam e redefiniam a História (nacional, universal e do próprio regime), como criaram concepções do mundo (mundivisão), das relações internacionais, da realidade social, da sua contemporaneidade e ainda da Europa, como se autodefiniam enquanto regime (autodefinição) e ainda como os outros (Grã-Bretanha, E.U.A, França, Itália e Alemanha) definiam os regimes de Salazar e Franco (heterodefinição).

No fundo, esta obra remete para três planos: i) o do universo das ideologias políticas e movimentos intelectuais/culturais, nos quais se inscreviam as elites afectas aos regimes analisados; ii) o da influência das concepções fascistas e nazis, que circulavam na Europa, sobre o pensamento das elites ibéricas; iii) e a assimilação e apropriação dessas concepções pelas elites salazaristas e franquistas, isto é, pelo Salazarismo e pelo Franquismo.

O estudo de Manuel Loff para além de explicar o processo de contaminação

que as ideias políticas de natureza fascista exerceram sobre as direitas ibéricas, também ajuda a esclarecer as relações entre as elites e a política nos regimes autoritários da Península Ibérica, entre 1936 e 1945.

Este trabalho, que se situa na dimensão da História Política, privilegiou como método científico a análise do discurso. Neste sentido, o autor recolheu discursos produzidos por vários elementos das elites salazaristas e franquistas, em documentação oficial e particular, que se encontra à guarda de bibliotecas e arquivos de Lisboa, Madrid, Londres, Maryland e Washington. Para além de contar com uma grande riqueza documental, parte da qual inédita, este trabalho destaca-se pelo conjunto de bibliografia compulsada e ainda pelo sentido crítico e interpretativo do autor.

No seu conjunto, este livro recomenda-se a todos os interessados nos regimes de Salazar e de Franco, especialmente numa perspectiva comparada, pois a sua leitura pode ser feita em vários níveis. Aqueles que se interessam por estudos políticos e relações internacionais, não podem deixar de olhar para este livro como um documento importante para perceber como as ditaduras ibéricas se posicionaram sobre diversos acontecimentos que marcaram a política internacional, entre 1936 e 1945. Para além disso, o presente livro destaca o papel das elites portuguesas e espanholas, adstritas aos regimes, como construtoras de quadros ideológicos autoritários, inspirados em conceitos nazis e fascistas que circulavam por toda a Europa.

Os principais méritos deste livro são, por um lado, o modo como analisa várias questões dos regimes de Salazar e Franco, e por outro lado, como as relaciona com temas políticos e ideológicos que afloraram no contexto bélico da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial. Torna-se assim visível como os temas não podem ser pensados

em termos estritamente nacionais, mas antes globais, isto é, nacionais e transnacionais.

Eliana Brites Rosa

Doutoranda da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar de Cultura, Espaço e Memória

---

PROENÇA, Maria Cândida – *A Questão Colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: D. Quixote, 2008. Volume II. 486 p. ISBN 978-972-20-3636-8.

1. Maria Cândida Proença tem, no que respeita à sua obra, seguido um duplo vector, no qual convergem investigação, ensino, didáctica e escrita. Por um lado, é autora de diversos estudos versando a contemporaneidade portuguesa dos séculos XIX e XX. Por outro, tem assinado livros de pendor didáctico-educativo, destinados à abordagem da disciplina histórica em contexto de sala de aula por parte dos docentes do ensino básico. São exemplos da primeira linha de interesse: a biografia de D. Manuel II, inserida na série de estudos biográficos dos reis portugueses, publicada pelo Círculo de Leitores; a monografia sobre o processo eleitoral municipal da Sintra dos anos da Primeira República; alguns estudos sobre o vintismo; ou, ainda, a coordenação de volumes tratando a história do ensino em Portugal. Representativos da segunda tendência são: os materiais para professores sobre o Liberalismo, a Regeneração e a República, assim como sobre o Estado Novo e o regime democrático implantado com o 25 de Abril.

A obra aqui analisada faz parte da *Colecção Parlamento*, a qual tem vindo a proceder «à recolha e análise dos grandes debates por

temas e períodos específicos» (p. 9), no âmbito do projecto *Os Grandes Debates Parlamentares, 1820-1974*. Neste sentido, o trabalho de Maria Cândida Proença foi editado em paralelo com o volume referente à questão colonial durante a Monarquia Constitucional (1821-1910), da autoria de Valentim Alexandre. Decerto se seguirá um volume (ou dois?) englobando a Ditadura Militar nascida na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, assim como o Estado Novo de Salazar e Caetano.

2. Como o título bem explicita, *A Questão Colonial no Parlamento*, de Maria Cândida Proença, pretende elencar os debates mais importantes havidos nas duas câmaras legislativas no decorrer da Primeira República, versando as seguintes temáticas: «Administração colonial»; «Economia, fomentos e finanças»; «A Primeira Guerra Mundial»; «A mão-de-obra indígena»; «Saúde pública»; e «Relações Internacionais».

Assim, numa primeira parte, a autora fornece algumas notas e tece algumas considerações historiográficas sobre essas mesmas temáticas, a fim de as contextualizar (pp. 11-78). Segue-se uma curta bibliografia (pp. 79-81) e uma útil secção de anexos, com «a lista dos gabinetes e dos respectivos ministros das colónias», com as datas de tomada de posse e de demissão. A secção inclui, também, uma relação de todos governadores dos territórios ultramarinos durante o período republicano (pp. 83-91). Vem, depois, uma cronologia, em forma de tabela, com indicação do «assunto» e da «data de discussão» dos debates «sobre economia, fomento e finanças», em virtude «do enorme volume de debates sobre a temática» (pp. 91-104).

Os anexos prosseguem com a secção mais extensa em número de páginas (pp. 105-473), na qual a autora apresenta uma tabela com quatro entradas, a saber: «número da sessão», «data», «página» e «nota» – e onde elenca e sintetiza os mencionados debates,